

PRODUÇÃO IMAGINÁRIA E FORMAÇÃO HUMANA: IMPLICAÇÕES PARA A COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA

IMAGINARY PRODUCTION AND HUMAN FORMATION: IMPLICATIONS FOR UNDERSTANDING VIOLENCE

Ludimila Gabriela Correa de Paula¹
Sheila Daniela Medeiros dos Santos²

RESUMO

Dentre os empecilhos que afetam o desenvolvimento concreto dos processos escolares é possível destacar o fenômeno da violência. Nesse contexto, ao partir da premissa de que toda atividade humana é de natureza imaginária, o presente trabalho pretende analisar as dimensões do imaginário e da imaginação, à luz da Psicologia Histórico-Cultural, por conceber estas dimensões como campo frutífero para relacionar e explicar o fenômeno da violência. Esse estudo, ao pautar-se em uma abordagem qualitativa de pesquisa, fundamentalmente bibliográfica, desvelou que a instância imaginária se diferencia e supera o sentido normalmente atribuído à imaginação, porque confere aos homens o poder de transformar a realidade concreta. Portanto, torna-se evidente que a dimensão do imaginário deve ser compreendida através do trabalho tipicamente humano como uma potência criadora, emancipadora do homem e da sociedade, que representa o poder de engendrar o novo e de asseverar a formação humana.

Palavras-chave: Imaginário. Psicologia histórico-cultural. Violência.

ABSTRACT

Among the obstacles that affect the concrete development of school processes it is possible to highlight the phenomenon of the violence. In this context, assuming that all human activity has an imaginary nature, the present study aims to examine the dimensions of imaginary and imagination in the light of the Historical and Cultural Psychology, considering these dimensions a fruitful

1 Bolsista PROBEC - Universidade Federal de Goiás. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. E-mail: ludimilagabriela@yahoo.com

2 Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, Brasil. Doutora em Educação. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. E-mail: sheiladmsantos@gmail.com

field to relate and explain the phenomenon of violence. This study, based on a qualitative research approach, fundamentally bibliographical, unveiled that the imaginary instance differs and surpasses the meaning normally attributed to the imagination, because it gives men the power to transform the concrete reality. Therefore, it becomes evident that the dimension of imaginary must be understood through the typical human labor as a creative power, emancipator of men and society, which is the power to engender the new and assert the human formation.

Keywords: Cultural and historical psychology. Imaginary. Violence.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo de analisar a relação entre violência, linguagem e imaginário e seu impacto na educação escolar a partir da caracterização dos aspectos semânticos e conceituais dos termos violência, linguagem e imaginário; da busca de uma unidade de análise, nas obras do bielorrusso Lev Semionovich Vigotski, para descobrir e compreender a dinâmica da relação violência, linguagem e imaginário; e, ainda, da explicação do impacto da relação violência, linguagem, imaginário na educação escolar.

A pesquisa mencionada, de cunho marcadamente teórico, parte da seguinte premissa: a) se a violência deixa marcas na linguagem, b) e se a linguagem, enquanto sistema articulado de signos construído socialmente ao longo da história, é produzida pelo imaginário (ao mesmo tempo em que o produz no contexto das relações sociais), c) então, pensar o fenômeno da violência requer não apenas o aprofundamento teórico dos termos violência, linguagem e imaginário, mas também o estabelecimento de novas relações entre eles.

Esta premissa anunciada, remete a ideia de que entre o real e o simbólico existe o imaginário, o qual somente o sujeito tem acesso ao converter a materialidade do mundo concreto da realidade objetiva em conteúdo subjetivo e ao expressar a subjetividade fixando-a no objeto concreto, na materialidade física, transformando a própria objetividade.

Deste modo, no âmbito dos estudos sobre o assunto, na busca da compreensão do termo imaginário, não raro depara-se com a menção do termo imaginação e com as ideias seculares de ilusão ou distorção da realidade, relacionadas a pensamentos filosóficos

e psicológicos. Por esse motivo, o presente artigo, com o intuito de trilhar novos caminhos na análise da dimensão do imaginário como instância primordial que designa o poder de criação do ser humano, visa problematizar o conceito de imaginário, assim como desvelar e compreender as diferenças entre as concepções de imaginário e de imaginação sob o enfoque da Psicologia Histórico-Cultural.

Para empreender essa discussão teórica, cabe pontuar que, seguindo os pressupostos adotados por Alves-Mazzotti (2001), a presente pesquisa procura manter o rigor metodológico necessário a uma produção científica para garantir a fidedignidade dos resultados, uma vez que, de acordo com essa autora, assiste-se atualmente a um declínio qualitativo constante dos processos de pesquisa no nosso país em razão de inúmeros aspectos, como: imposição de políticas públicas que priorizam o ensino e não a pesquisa; carência de grupos sólidos e coerentes capazes de dar continuidade às pesquisas iniciadas; falta de suporte acadêmico e financeiro; pobreza teórico-metodológica; pulverização e irrelevância de temáticas investigativas; adesão acrítica a autores 'da moda'; dentre outros aspectos.

Nesse exercício intelectual, em que a leitura rigorosa e o diálogo estabelecido entre o pesquisador e o autor de uma obra são fundamentais, cumpre lembrar as palavras de Chauí (2012, p. 21) ao atestar que "[...] ler é aprender a pensar na esteira deixada pelo pensamento do outro. Ler é retomar a reflexão de outrem como matéria-prima para o trabalho de nossa própria reflexão."

Outro ponto relevante abordado por Alves-Mazzotti (2001) é a importância da crítica às pesquisas acadêmico-científicas. De acordo com a autora, a crítica não representa necessariamente uma forma de desconstruir conhecimento, mas constitui fonte inestimável para construí-lo, uma vez que assiste-se, nos meios acadêmicos, a crescente publicação sem precedentes de trabalhos pseudocientíficos.

Para reiterar essa assertiva, Alves-Mazzotti (2001) questiona o conceito de cientificidade implícito em determinadas produções acadêmico-científicas, especificamente aquelas marcadas por um viés positivista, pragmatista e determinista.

Segundo Alves-Mazzotti (2001), o rigor deve estar presente em qualquer forma de ciência, contudo, comparar as ciências sociais com as ciências naturais é por vezes cair em um abismo no qual o objeto de estudo não é devidamente problematizado pela inadequação metodológica.

Após atentar-se para esses aspectos imprescindíveis ao processo investigativo, deu-se início ao estudo do problema proposto a partir do referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2007, 2009), ancorado nas premissas do materialismo histórico e dialético na linha de Marx e Engels (2007).

A opção por esse campo teórico justifica-se pela possibilidade encontrada nesses autores de esquadriñar aspectos do imaginário e suas implicações no âmbito da imaginação de forma concreta e inovadora.

Por outro lado, embora Vigotski(2007, 2009), seja apontado como baluarte dessa pesquisa, não realizou-se o estudo de sua obra completa, o qual ultrapassaria os limites desse trabalho. O estudo efetivado primou por um recorte analítico-interpretativo, nas produções escritas desse autor, de como o imaginário faz-se função criadora a partir do trabalho humano. Para tanto, tornou-se fundamental, em um primeiro momento, debruçarna análise conceitual dos termos imaginário e imaginação, no intuito de circunscrever as funções distintas exercidas por cada uma destas instâncias. Na sequência, propôs-se a interlocução entre a produção imaginária e o fenômeno da violência, situando o problema da pesquisa no contexto do debate acadêmico.

2 IMAGINÁRIO E IMAGINAÇÃO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Estabelecer relações pressupõe um conhecimento sobre os termos os quais pretende-se tangenciar. A compreensão do termo imaginário é buscada por inúmeros autores e, não raro, articulada com a tentativa de diferenciá-lo de outros conceitos como os de imagem e imaginação.

Os estudos concernentes ao imaginário e suas relações com o conceito de imaginação apresentam enorme amplitude em distintas perspectivas teóricas. Autores como: Lacan (1998, 2010), Lévi-Strauss (2011, 2012), Durand (2012), Jung (2008), Sartre (1996) e Castoriadis (2004, 2007) oferecem farto material para análise, embora apresentem aspectos divergentes no que diz respeito às bases epistemológicas que fundamentam a Psicologia Histórico-Cultural.

Lacan (2010), ao discutir a temática, propõe a tripartição: real, simbólico e imaginário. Nessa separação em categorias, o real refere-se a um registro psíquico distinto da noção de realidade. O

real assume o estatuto daquilo que é impossível de ser simbolizado por escapar ao sujeito do desejo. O simbólico, por sua vez, é o código estruturado regulado pela linguagem que cria a cultura humana e o imaginário é consubstanciado por imagens, fantasias, ilusões, conceitos e preconceitos. Em outros termos, para Lacan (1998, 2010), o imaginário está estreitamente ligado à constituição do eu (LACAN, 2010), sendo que sua estruturação inicial se consolida na experiência do estágio do espelho (LACAN, 1998).

Lévi-Strauss (2012), por sua vez, propõe uma análise antropológica do termo imaginário pelo viés da escola estruturalista. Para isso recorre ao caráter substitutivo, convencional ou relacional dos símbolos. De acordo com Lévi-Strauss (2011), o símbolo adquire um papel de destaque quando comparado ao de imagem, uma vez que a imagem está diretamente relacionada à reprodução do objeto referente enquanto o símbolo agrega fatores capazes de modificar a ação do homem e o seu processo criativo.

Nesse íterim, Durand (2012) apresenta uma concepção de imaginário que perpassa a noção de simbólico e permite transitar por outros campos do conhecimento como a sociologia e a antropologia. Para esse autor, o imaginário e o simbólico estão intimamente ligados, sendo definidos por aquilo que é vivido pelo sujeito. O imaginário é, portanto, uma relação entre objetividade e subjetividade, representa as coisas do mundo, possui dinamismo, realidade e essência próprios.

De maneira diferenciada, Jung (2008), fundador da Psicologia Analítica, considera que a produção imaginária necessita de percepções e sensações captadas de acordo com os traços inconscientes presentes nas atitudes e decisões do sujeito. Para esse autor, sujeitos distintos tendem a notar estímulos diferentes. O sentido de cada ação não pode, dessa maneira, ser apreendido totalmente de forma objetiva, pois está atrelado às questões subjetivas e simbólicas.

Segundo Jung (2008), há, ao mesmo tempo, algo relacionado ao inconsciente e à consciência coletiva que possibilita que coisas abstratas encontrem pontos comuns entre os sujeitos que compartilham de uma mesma cultura. Assim, cabe ao imaginário e à imaginação a função intermediária entre a consciência e o inconsciente.

Já Sartre (1996) adota uma postura existencialista fenomenológica para discutir a categoria imaginário. Para ele, o

imaginário é uma faculdade transcendente da consciência, que demanda intencionalidade na criação do irreal, de tal forma que os indivíduos tenham consciência de que o estão produzindo. Tal fato permite uma vinculação do objeto à consciência, a qual produz as imagens. Nesse sentido, a concepção de imaginário adentra na discussão da consciência.

Para Sartre (1996), a consciência imaginante ao mesmo tempo em que constitui o objeto, o torna imaginário, já que concretamente o objeto imaginado não existe. É essa noção imaginária do objeto que permite uma atitude dos sujeitos frente ao objeto como se ele de fato existisse.

Dentre os diferentes teóricos citados encontra-se, ainda, Castoriadis (2007) que ao criticar as posições endossadas pelos fundamentos filosóficos marxistas, estruturalistas e funcionalistas, mantém-se fiel a um projeto original de difícil classificação no contexto das ideias correntes.

Castoriadis (2007), em *A instituição imaginária da sociedade*, afirma que muitas teorias dão a impressão de querer esgotar a explicação sobre o real, ignorando que existem instituições que escapam a um engessamento.

De acordo com Castoriadis (2007), há no ser humano algo que somente pode ser explicitado se for considerado o imaginário radical, ou seja, a capacidade de criar, que por sua vez, não se enquadra meramente às explicações marcadas por uma lógica econômica-funcional (MALINOWSKI, 2002) ou uma função vital (LÉVI-STRAUSS, 2012) que reduzem a significação e o motivo da existência da instituição social e de suas propriedades às condições naturais e funcionais que se exaurem sobre a sociedade.

Para Castoriadis (2004), o imaginário tem um papel estruturante e atua nos processos revolucionários, ou seja, tem uma função de construção social, histórica e psíquica. Segundo o autor, indivíduo e sociedade são instituições (construções humanas) envolvidas por uma rede de símbolos, considerando que todo símbolo é permeado pelo componente imaginário. Dessa forma, realidade e racionalidade são produtos da instituição imaginária da sociedade.

A partir dessas considerações, nota-se que um aspecto que marca a concepção filosófica de Castoriadis (2004) é o compromisso com um projeto histórico e político que almeja a autonomia individual e coletiva.

No entanto, embora as proposições de Castoriadis (2004, 2007) ofereçam uma contribuição que parece interessante para pensar a questão do imaginário e a possibilidade de uma sociedade na qual o homem tem consciência de seu poder criador, é na perspectiva histórico-cultural em psicologia que encontra-se uma via para discutir o tema e suas implicações na constituição do ser humano, uma vez que na essência do pensamento desse autor está a ênfase na subjetividade. Em outros termos, para Castoriadis (2007) a peça-chave para tratar a questão social é a subjetividade humana, uma vez que o imaginário é uma produção subjetiva.

Em posição contrária, Pino (2006a, 2006b), cuja filiação teórica notadamente é a Psicologia Histórico-Cultural, consolida-se como um autor de referência para discutir o imaginário.

É através das próprias imagens que o homem cria e elabora sua existência no campo material ou simbólico. As imagens podem ser consideradas matérias-primas dessa produção, mas se estruturam a partir de elementos concretos tomados da realidade. Especificamente, o imaginário constitui-se como uma área subjetiva, porém de natureza objetiva que só o próprio sujeito tem acesso antes que seu conteúdo se torne público.

Para Pino (2006b), a produção imaginária refere-se à capacidade criadora do homem que lhe concede certa autonomia diante do processo evolutivo: “[...] a atividade imaginária precede toda e qualquer outra forma de atividade humana de natureza criativa; o que permite afirmar, em última instância, que o imaginário é o que define a condição humana do homem.” (PINO, 2006b, p. 49).

A conotação *atividade criadora* diz – do ponto de vista histórico cultural, com embasamento marxista – da capacidade humana de conferir um novo sentido simbólico e material aos objetos ao transformar a natureza. É nessa atuação que ocorre a humanização do homem e da própria natureza.

Na escalada dessa proposição, Vigotski (2007) concebe a ideia de função psíquica superior como fator diferencial entre animais e seres humanos. Para o autor, o estudo das funções psíquicas superiores demanda a análise da pré-história destas funções, das raízes biológicas e do desenvolvimento cultural do ser humano, a partir da atividade produtiva presente no processo ontogenético.

De acordo com Vigotski (2007), a cultura forja novas formas de conduta, transforma a atividade das funções psíquicas, edifica níveis originais no comportamento humano em desenvolvimento.

É possível depreender dessa afirmação que é na interface do processo de desenvolvimento histórico que o homem transforma os modos de ação e as funções psíquicas, a partir da síntese do biológico e do cultural na consolidação do gênero humano (VIGOTSKI, 2009).

Vigotski afirma, ainda, que as funções psíquicas superiores têm como traço comum o fato de serem processos mediados, “[...] de incorporarem à sua estrutura, como parte central de todo processo, o emprego de signos como meio fundamental de orientação e domínio nos processos psíquicos” (VIGOTSKI, 2009, p.161).

A função imaginária, portanto, constitui-se como função psíquica superior porque permite a passagem do plano tipicamente natural ao plano cultural, ou seja, agrega ao meio natural traços que não apareceriam espontaneamente. Essa passagem é possibilitada pela mediação semiótica, uma vez que Vigotski (2009) defende que a relação do homem com a natureza é sempre mediada por signos e/ou instrumentos. Assim, a principal função do imaginário seria articular os planos real e simbólico.

Segundo Pino (2006b) o funcionamento humano perpassa três campos distintos, porém intimamente relacionados: o real, por determinantes físicos, o simbólico, por determinantes históricos e o imaginário, por determinantes de subjetividade restrita.

Para esse autor, falar em imaginário não é o mesmo que falar em imaginação:

O termo imaginário, na sua forma substantiva, só parcialmente equivale à palavra imaginação usada pela tradição psicológica e filosófica. Minha preferência pelo primeiro não está baseada apenas na diferença de significado que ambos têm no dicionário da língua portuguesa (o Aurélio), nenhum dos quais me parece dar conta do sentido em que é usado aqui. O sentido atribuído ao imaginário aqui, como substantivo, funda-se no pressuposto de que o poder criador, adquirido pela espécie humana ao longo da sua história, deve estar presente em cada um dos seus integrantes, pré-existindo aos seus atos de criação, na forma hipotética de marca cultural impressa em memória genética (PINO, 2006b, p. 54).

A imaginação, assim como o imaginário, diz respeito exclusivamente ao homem. A inadaptação é a ponte para o processo criador, ou seja, somente diante da mudança pode o ser humano imaginar.

Para Vigotsky(2003) a imaginação é a base para toda atividade criadora, e se manifesta em todos os aspectos da vida cultural:

[...] en este sentido, absolutamente todo lo que nos rodea y ha sido creado por la mano del hombre, todo el mundo de la cultura, a diferencia del mundo de la naturaleza, todo ello es producto de la imaginación y de la creación humana, basado en la imaginación (VIGOTSKY, 2003, p. 9).

Deste modo, o processo imaginativo é determinado por fatores como: a necessidade, a capacidade de combinar, os modelos de criação que orientam o ser humano (ciência, arte, tradições...) e, principalmente, o contexto histórico e cultural de determinada sociedade.

Cumprir lembrar que Vigotski (1999) discorre sobre a imaginação partindo de uma análise crítica da psicologia associacionista e da psicologia intuitiva no campo da imaginação, apontando a ineficácia da primeira devido à impossibilidade de explicar o caráter criativo da imaginação e o caminho inadequado tomado pela segunda ao tornar o problema da imaginação como um postulado: “[...] Se a psicologia associacionista reduzia a imaginação à memória, os intuitivistas procuravam mostrar que a própria memória nada mais é do que um caso particular da imaginação”(VIGOTSKI, 1999, p. 113). É a partir disso, destoando da perspectiva metafísica adotada por atomistas e idealistas, que Vigotski constrói o conceito de imaginação.

Primeiramente, é importante salientar que essa função estabelece vínculos significativos com outras funções psíquicas tal como a linguagem, a emoção e o pensamento. Contrariando os pontos de vista de Freud e Piaget, Vigotski estabelece, através de uma pesquisa com crianças surdas e/ou afásicas, que “o atraso no desenvolvimento da linguagem representa um atraso no da imaginação” (VIGOTSKI, 1999, p.120). Assim como a linguagem,

todos os momentos cruciais ao longo do desenvolvimento infantil têm forte impacto no desenvolvimento da imaginação. Outra característica que Vigotski (1999) apropriou-se, a partir dos estudos de Bleuler, refere-se ao fato de que a imaginação pode ser ou não uma atividade dirigida, ou seja, a pessoa que imagina pode ter plena consciência dos fins que objetiva ao imaginar.

No que se refere à relação entre imaginação e emoção, Vigotski (1999, p. 124) é categórico: “[...] com muita frequência, tal ou qual estrutura se revela irreal do ponto de vista dos momentos racionais que servem de base para imagens fantásticas, mas é real no sentido emocional.” Além disso, para esse autor as questões emocionais são fundamentais porque exercem grande influência sobre os pensamentos, uma vez que este está subordinado aos interesses emocionais. Para Vigotski (1999, p. 125) “o pensamento neste sistema psíquico transforma-se numa espécie de servo das paixões”.

O autor denomina a relação peculiar entre pensamento e emoções como uma forma visionária da imaginação. Diante de todas as possíveis interlocuções da imaginação, Vigotski (1999) afirma:

A imaginação deve ser considerada uma forma mais complicada de atividade psíquica, a união real de várias funções em suas peculiares relações. Para tão complexas formas de atividade que superam os limites dos processos que costumamos chamar de funções, seria correto utilizar a denominação sistema psicológico, tendo em conta sua complicada estrutura funcional. São características desse sistema as conexões e relações interfuncionais que predominam dentro dele (VIGOTSKI, 1999, p. 115).

Para Vigotski (1999) toda atividade imaginativa tem sempre uma longa história atrás de si e todo pensamento realista é inseparável da imaginação. Embora, para esse autor, a interseção entre pensamento realista e imaginação conduzam, indubitavelmente, a um novo problema: a liberdade da atividade do homem. Nesse sentido, as possibilidades de agir com liberdade só são reais quando ligadas intimamente à imaginação.

Assim, é possível concluir que embora intimamente ligados, há uma distinção entre imaginário e imaginação.

3 RELAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO IMAGINÁRIA E VIOLÊNCIA

Tendo em vista a discussão teórica sobre o imaginário e partindo do pressuposto de que "toda atividade humana é de natureza imaginária, podendo ser compreendida somente a partir do conceito de *mediação semiótica*, fundado na teoria marxista da produção, cujos pressupostos filosóficos aparecem nas obras: *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* (MARX, 2004) e *O Capital* (MARX, 2013), é válido pensar que a violência perpassa o campo do imaginário e, por conseguinte, pode ser melhor explicitada através dele.

A análise das relações existentes entre essa instância e a violência não só se torna possível como de suma importância, já que pode contribuir imensamente para o entendimento de como o imaginário individual e coletivo está permeado pela violência. Para tanto, é necessário, em primeiro lugar, definir o que se compreende por violência.

As condições atuais de imprevisibilidade e impotência diante da violência, como afirma Pino (2007, p. 764), "estão gerando no imaginário coletivo e individual a representação da violência como uma força cega e incontrolável, diante da qual a única postura 'racional' acaba sendo a lei do silêncio e a submissão às exigências do terror."

O termo violência perpassa vários contornos semânticos que lhe conferem aspectos psicológicos, filosóficos e antropológicos. Diante dessa natureza polissêmica, o 'sentido' da palavra violência adquire maior relevância quando comparado ao 'significado' propriamente dito. Isso se deve ao fato de que enquanto o significado expressam ideias e conceitos estabelecidos convencionalmente pela sociedade, compartilhados pelos falantes de uma mesma língua e registrado em dicionários, o sentido advém da experiência pessoal e da experiência coletiva da humanidade. Deste modo, convém ressaltar que as concepções mais difundidas socialmente sobre a violência exprimem o sentido de excesso e daquilo que vai contra o direito e a justiça como valores construídos coletivamente.

Pino (2007) ressalta, ainda, que para compreender o que de fato é violência não basta simplesmente categorizá-la na

ordem do irracional. Pelo contrário, a violência só pode ser considerada irracional se partir de um ser racional. Nesse sentido, paradoxalmente, a irracionalidade se deve muito mais à multiplicidade de razões do que à falta de razão, ou seja, há a tendência de encontrar justificativas racionais para a permanência da violência. Segundo esse autor "é a razão que cria os cenários onde florescem as ideologias legitimadoras da violência" (PINO, 2007, p. 769). Quando, nas relações sociais o *outro* aparece como ameaça real ou imaginária à própria existência (física, social ou psicológica) cria-se mecanismos para extinguir tais ameaças, normalmente valendo-se da violência.

Considerando a amplitude e a diversidade do termo violência, convém analisar as diferentes formas com que esse fenômeno se apresenta. A primeira e mais comumente citada diz respeito àquela relacionada à violência física, noticiada diariamente pelos veículos de comunicação. Atréada de modo inextricável a essa violência há a violência simbólica, que afeta diretamente a existência humana, como a exclusão social e/ou o poder de controle exercido impetuosamente sobre o *outro*. Embora esse tipo de violência 'aparentemente' não incida sobre a materialidade física, tem grande impacto simbólico à vítima e, por isso, pode ser considerada ainda mais perversa. Uma terceira nuance seria conceituar a violência a partir de uma perspectiva ontológica, enfatizando os aspectos individuais do processo histórico que marcam a singularidade da existência de cada sujeito. O fenômeno pode, ainda, apresentar-se em múltiplas dimensões, como a divisão do fenômeno em violência instrumental e em violência expressiva.

Como as imagens são instrumentos mediadores permeados por significação, pode-se afirmar que o modo como se propaga as imagens de violência faz com que esse fenômeno atinja diretamente as ações e a tomada de decisões dos indivíduos.

Atualmente, essas imagens corroboram pensamentos seculares de que a violência é um fenômeno inevitável que se alastra na sociedade. Em razão disso, assiste-se, no Brasil, a certo comodismo de grande parte da sociedade frente aos modos ineficazes empreendidos pelas políticas públicas ao tratar a violência.

Pino (2007), no entanto, traz um novo olhar sobre as perspectivas futuras de lidar com esse fenômeno. Nesse sentido, diz ele:

Considerada a violência como um fenômeno ao mesmo tempo social – por ter a ver com as condições históricas da sociedade que estabelece os limites das ações humanas – e individual – por ter a ver com o foro interno de cada indivíduo que decide respeitar ou não esses limites – pode-se dizer que praticar ou não a violência é um aspecto do livre agir humano [...] susceptível (sic) de educação, uma vez que não há nada, nem do ponto de vista genético, nem do ponto de vista do meio físico ou social, que determine esse agir (PINO, 2007, p. 779).

A partir dessa assertiva, ao constatar que todos os cenários sociais são atualmente invadidos pela violência, nota-se que a escola não está livre da sua manifestação. Em relação a esse aspecto, Pino (2007) aponta três principais formas de manifestação do problema: 1) atos de violência e/ou de vandalismo *contra* a escola e seus integrantes 2) atos de violência *na* escola e 3) atos de violência aplicados explicita ou implicitamente *pela* escola ou seus dirigentes.

Nessa direção, segundo Barroco e Souza (2012), considerando que os caminhos para o sucesso escolar estão cada vez mais distantes de constituir uma realidade concreta principalmente para as crianças e jovens das classes populares, faz-se necessário considerar que o fenômeno da violência constitui um dos graves problemas enfrentados pela educação brasileira que impede o desenvolvimento concreto dos processos escolares em termos qualitativos. Isso porque, o fenômeno da violência enaltecido pela mídia e mantido por políticas públicas pouco efetivas, dificulta ainda mais o processo de aprendizagem e de inserção da criança e do jovem na escola.

Nesse contexto, as dimensões do imaginário e da imaginação, constituem um campo frutífero para relacionar e explicar o fenômeno acima mencionado, uma vez que estas dimensões envolvem de modo inerente aspectos que problematizam a produção humana e a capacidade criadora do homem.

Assim, retornando à ideia de que a violência é essencialmente um fenômeno racional, só há uma via para educar no sentido da 'não violência': através da razão. É preciso que as novas gerações percebam o perigo eminente de inviabilizar as relações humanas caso haja a permanência da violência. Para evitar o colapso e o fracasso social, é imprescindível que estas relações sejam movidas a confrontar

e a desafiar a não continuidade e a progressão do problema. E, nesse ponto, a produção imaginária do homem ao criar o novo a partir da síntese das determinações sociais pode trazer contribuições fecundas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desvelou que o imaginário constitui uma função psíquica superior que diferencia a atividade humana dos modos de funcionamento animal. Explicitou, ainda, que na Psicologia Histórico-Cultural, a dimensão do imaginário deve ser compreendida através do trabalho tipicamente humano como uma potência criadora, emancipadora do homem e da sociedade, que representa o poder de engendrar o novo e de asseverar a formação humana.

Nesse sentido, a instância imaginária se diferencia e supera o sentido normalmente atribuído à imaginação, porque confere aos homens o poder de transformar a realidade concreta e não apenas se manter no plano abstrato.

Enquanto a imaginação pode ser concebida como um sistema psíquico que desempenha uma função, ou seja, uma atividade consciente que se manifesta em todos os aspectos da vida cultural, possibilitando a criação artística, científica e técnica (VIGOTSKI, 1999), o imaginário constitui um dos pilares do processo de humanização (PINO, 2006a). Em outros termos, o imaginário refere-se "(...) à capacidade criadora dos seres humanos, adquirida no processo evolutivo, que lhes permite assumir o rumo da própria evolução" (PINO, 2006b, p. 48).

Segundo Pino (2006b), o termo imaginário corresponde apenas em partes ao termo imaginação, uma vez que sustenta-se na premissa de que o poder de criação adquirido pelo homem ao longo da história humana está presente em cada membro de sua espécie, pré-existindo como "marca cultural impressa na memória genética" (PINO, 2006b, p. 50).

Nesse íterim, cumpre lembrar que existe uma relação complexa e controversa entre o imaginário e o simbólico: se por um lado o imaginário ancora-se no simbólico para existir e exprimir-se, por outro, o simbólico pressupõe a capacidade imaginária para edificar-se e para conferir (nova) significação às coisas.

Por essa razão, esse trabalho teórico, refere-se antes à função imaginária do que à imaginação, pois cabe à primeira o papel

fundamental de vincular o real e o simbólico e de conferir ao homem a capacidade criadora.

Nota-se que a presente investigação oferece material frutífero tanto para o estudo mencionado quanto para pesquisas futuras. Novas perspectivas acerca do tema foram empreendidas com a finalidade de dar corpo e sentido à produção teórica. Assim, a pesquisa revelou que existe uma relação entre imaginário e violência, uma vez que a violência permeia, de modo simbólico e para além das manifestações físicas, a capacidade de produção humana em sua relação com os mais variados contextos históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais. Explicitou-se, ainda, a influência do imaginário individual e coletivo nas relações sociais. No entanto, cabe destacar a necessidade de uma compreensão minuciosa dessa relação com o intuito de desvendar mecanismos possíveis de transformações sociais. Se o imaginário é a instância criadora do homem e este está permeado pelas mais variadas formas de violência é difícil encontrar propostas alternativas e saídas plausíveis que não estejam inextricavelmente enleadas por este fenômeno social.

Por essa razão, é imprescindível a redução do impacto da violência sobre o imaginário para atenuar a influência desta sobre outras criações. Outros estudos são necessários para apontar formas de lidar com o imaginário social da violência no intuito de trilhar novos caminhos que produzam modos de pensar e agir que subvertam a lógica do instituído e que propiciem movimentos coletivos de ruptura diante das imposições e normas sociais. Precipitar-se na busca desses caminhos, mesmo que de início se configurem como fugazes e frágeis pelo fato da hegemonia neoliberal insistentemente sufocar e dilacerar tudo o que é novo, inusitado e oposto à ordem estabelecida, é um começo promissor para almejar um mundo com menos violência e mais justiça social. Isso é o que nos move.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A.J. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 39-50, jul. 2001.
- BARROCO, S.S.; SOUZA, M.P.R. **Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a formação e atuação do psicólogo em contexto de educação inclusiva**. Psicologia USP, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 111-132, jan./mar. 2012.
- CASTORIADIS, C. Imaginário e Imaginação na encruzilhada. In: _____. **Figuras do Pensável: as encruzilhadas do labirinto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 6, p. 124-154.

- CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 418 p.
- CHAUÍ, M. S. Ostrabalhos da memória. In: BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 17. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 17-33.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012. 551 p.
- JUNG, C. G. **O eu e o inconsciente**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 176 p.
- LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103.
- LACAN, J. **O seminário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. v. 2
- LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2011. 336 p.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. São Paulo: CosacNaify, 2012. 604 p.
- MALINOWSKI, B. **A scientific theory of culture: and other essays**. New York: Routledge, 2002. 240 p.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. 175 p.
- MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. 856 p.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 643 p.
- PINO, A. Imaginário e produção Imaginária: reflexões em educação. In: DA ROS, S. Z.; MAHEIRIE, K.; ZANELLA, A.V. (Orgs). **Relações estéticas, atividade criadora e imaginação**: sujeitos e (em) experiência. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2006a. p. 33-47.
- PINO, A. A produção imaginária e a formação do sentido estético: reflexões úteis para uma educação humana. **Pro-posições**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 47-69, mai./ago. 2006b.
- PINO, A. Violência, Educação e Sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 763-785, out. 2007.
- SARTRE, J.P. **O imaginário**: psicologia fenomenológica da imaginação. São Paulo: Ática, 1996. 254 p.
- VIGOTSKI, L.S. A imaginação e seu desenvolvimento na infância. In: VIGOTSKI, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 107-131.
- VIGOTSKI, L.S. **A Formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 182 p.
- VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 520 p.
- VIGOTSKY, L.S. **La imaginación y el arte en infancia**: ensayo psicologico. Madrid: Akal Ediciones, 2003. 120 p.
- VYGOTSKI, L.S. **Obras escogidas**. Madrid: Visor Aprendizaje y Ministerio de Cultura y Ciencia, 2000. v.3.

Submetido em Fevereiro 2019

Aceito em Maio 2019

Publicado em Setembro 2019

